

NOTÍCIAS CNTV/

VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 04/Set



cntv@terra.com.br | (61) 3224-1658 | www.cntv.org.br | Edição 3470 - Ano 2025

INFORME CNTV

Projeto que garante mais participação de mulheres na segurança privada avança na Câmara



Na última terça-feira, 02 de setembro, avançou na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei que estabelece um percentual mínimo para a contratação de mulheres no setor da segurança privada. O parecer do PL foi encaminhado para publicação e o projeto remetido à Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO), onde aguarda a designação de relator.

De autoria da deputada baiana Ivoneide Caetano (PT), a proposta determina que as empresas de vigilância e de transporte de valores reservem pelo menos um terço (1/3) de suas vagas para trabalhadoras mulheres.

O texto também propõe alteração na Lei de Licitações e Contratos, incluindo como critério de desempate a comprovação de que a empresa do setor se compromete a contratar 50% de profissionais mulheres.

O projeto tramita em caráter conclusivo e, após análise pela CSPCCO, seguirá para as comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

FONTE: CNTV

VIGILANTES DE ALAGOAS SE PREPARAM PARA PARTICIPAÇÃO DO 7 DE SETEMBRO



O Sindicato dos Vigilantes de Alagoas, representado pela presidenta Mônica Lopes e pelas diretoras Morgana Jaine e Patrícia Nolasco, participou, nesta segunda-feira (19), de uma reunião que definiu as pautas do grande ato que será realizado no dia 7 de setembro, em defesa da soberania nacional e dos direitos da classe trabalhadora.

O encontro ocorreu com a presença da CUT Alagoas e de diversas entidades sociais e sindicais, que reforçaram a importância da mobilização para dar voz às demandas históricas da classe trabalhadora e dos segmentos mais vulneráveis da sociedade.

De acordo com a presidenta do sindicato, Mônica Lopes, a participação dos vigilantes no ato é fundamental para fortalecer a luta por melhores condições de trabalho, por direitos que garantam dignidade à categoria e pelo fim de práticas que penalizam os trabalhadores. As pautas contemplam o Brasil Soberano, Grito dos Excluídos, Sem Anistia para Golpistas, Fim da escala 6x1 e Isenção de IRPF até 5 mil.

O sindicato convida todos os trabalhadores da segurança privada a se engajarem nessa mobilização. O ato acontecerá dia 07 de setembro, às 8h, na Praça da Faculdade.

FONTE: Sindicato dos Vigilantes de Alagoas

PF realiza ação de fiscalização na 54ª Expofeira de Macapá

Os policiais contaram com equipamentos modernos de verificação instantânea da documentação dos trabalhadores entrevistados



Macapá/AP. Na noite desta terça-feira (3/9), a Polícia Federal realizou uma ação de fiscalização na 54ª Expofeira de Macapá, com o objetivo de verificar a regularidade e o nível de segurança dos vigilantes e demais trabalhadores terceirizados que atuam no evento.

A operação teve como foco a checagem da documentação, capacitação e credenciamento dos profissionais de segurança contratados para atuar na feira, assegurando que as empresas estejam em conformidade com as normas exigidas para a prestação do serviço.

O principal objetivo da ação é garantir que o público visitante da Expofeira conte com o maior nível de segurança possível, prevenindo situações de risco e fortalecendo a proteção de todos os participantes.

Ao todo, aproximadamente 150 vigilantes foram conferidos, dois quais eram trabalhadores de quatro empresas regulares. Uma quinta empresa foi identificada atuando de forma irregular. As medidas administrativas de praxe foram tomadas e a empresa encerrada.

A Polícia Federal seguirá acompanhando as atividades ao longo do evento para assegurar o cumprimento das normas e a integridade dos frequentadores.

FONTE: DPF/AP

Comissão aprova redução da idade mínima para aposentadoria de trabalhador exposto a agentes nocivos

Proposta segue em análise na Câmara dos Deputados

Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados



Pastor Eurico é o relator do projeto

A Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei complementar (PLP) que reduz a idade mínima para a concessão de aposentadoria especial a trabalhadores expostos a agentes que prejudicam a saúde ou a integridade física. O texto altera a Lei de Benefícios da Previdência Social.

O projeto aprovado define como novas idades mínimas para a concessão do benefício 40, 45 ou 48 anos, conforme a gravidade do agente nocivo e o tempo mínimo de exposição a ele,

respectivamente 15, 20 ou 25 anos. A reforma da Previdência estabeleceu como idades mínimas 55, 58 e 60 anos para os mesmos períodos de exposição.

A proposta também aumenta o valor do benefício inicial para 100% da média de contribuições. A reforma da Previdência estabeleceu que o cálculo do benefício deveria considerar apenas 60% da média de contribuições mais 2% para cada ano que excedesse 15 anos de contribuição para as mulheres e 20 anos para os homens.

O relator, deputado Pastor Eurico (PL-PE), recomendou a aprovação do PLP 42/23, do deputado Alberto Fraga (PL-DF), em um novo texto que aproveita alterações aprovadas na Comissão de Trabalho.

“É fundamental que a legislação passe a contemplar, por exemplo, os profissionais que estão sujeitos à pressão atmosférica anormal, em especial os aeronautas. Ressalte-se que a legislação previdenciária já considera especial o trabalho sob condições hipobáricas, como em grandes altitudes”, destacou Pastor Eurico.

Mudança

A subemenda proposta por Pastor Eurico detalha as atividades que configuram exposição a agentes químicos, físicos e biológicos e passa também a reconhecer como especiais atividades que colocam em risco a integridade física do trabalhador, entre os quais: técnicos em radiologia, agentes de fiscalização agropecuária e ambiental, agentes de trânsito e profissionais de transporte de urgência e emergência.

Pelo texto, a aposentadoria especial será concedida a trabalhadores do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) conforme a atividades e o tempo de exposição ao agente nocivo:

15 anos

- mineração subterrânea em frente de produção.

20 anos

- mineração subterrânea afastado da frente de produção;

- atividades expostas a asbesto ou amianto.

25 anos

- metalurgia;
- aeronautas expostos a pressão anormal ou agentes nocivos;

- profissionais em técnicas radiológicas expostos à radiação ionizante ou agentes nocivos;

- fiscalização e inspeção agropecuária ou ambiental, com exposição constante a agentes biológicos perigosos e condições insalubres ou extremas.

Além da exposição a agentes, a proposta reconhece atividades que colocam em risco a integridade física do trabalhador como especiais.

São equiparadas à exposição efetiva a agentes nocivos as seguintes atividades:

- vigilância ostensiva ou patrimonial;
- transporte de valores;
- guarda municipal;
- fiscalização de trânsito e patrulhamento viário;
- trabalho interno com exposição a sistemas elétricos de potência (geradores, linhas de transmissão, subestações e redes de distribuição); e o
- transporte de pacientes, órgãos e insumos hospitalares em urgência e emergência.

Nesses casos, a exposição deve ser permanente, não ocasional ou intermitente, e com comprovação da nocividade da atividade.

Próximas etapas

A proposta será ainda analisada pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ). Depois, seguirá para análise do Plenário.

Para virar lei, o texto deve ser aprovado pela Câmara e pelo Senado.

Reportagem – Murilo Souza

Edição – Rachel Librelon

Fonte: Agência Câmara de Notícias

BANCO ITAÚ ANUNCIOU O FECHAMENTO DE 227 AGÊNCIAS



Banco comunica clientes de 3 estados sobre o fechamento de mais 10 agências em breve (Por Iara Alencar) - foto Paulinho Costa feebpr -

Apesar de ser uma das instituições financeiras mais utilizadas pela população brasileira, somente em 2024 o Itaú anunciou o encerramento definitivo de 227 agências em todo o país. Fazendo parte de um plano de reestruturação nacional, o banco permanece analisando a ampliação dos fechamentos nos meses subsequentes de 2025.

Em um primeiro momento, a interrupção das atividades em agências físicas gerou grande comoção por parte dos usuários, tendo em vista a preferência pelo atendimento presencial. Isso porque aposentados, pequenos comerciantes e moradores de áreas rurais priorizam a solução dos problemas retirando dúvidas com funcionários especializados, e não por meio digital.

Por outro lado, o número de desemprego escalou com a adoção da medida, ligando o sinal de alerta diante da procura por novas empreitadas. Apesar dos questionamentos levantados, a instituição financeira explicou

que um alto fluxo de clientes migrou para canais digitais, como aplicativos e internet banking. Assim, foi necessário reduzir os custos com unidades físicas devido ao declínio da rotatividade de clientes.

A tendência é que o fechamento das agências aumente ao longo dos próximos meses, já que os cinco maiores bancos do Brasil (Itaú, Banco do Brasil, Caixa, Bradesco e Santander) já fecharam 1.774 pontos de atendimento em 2024. Para se ter uma noção, desde 2014, mais de 6.500 agências foram desativadas em todo o território nacional, projetando a necessidade de adentrar na era da digitalização.

“Não podemos aceitar que decisões estratégicas sejam tomadas sem considerar os efeitos devastadores para os trabalhadores e para as comunidades que dependem desses serviços. O Itaú precisa apresentar soluções concretas. Esse é um movimento que está acontecendo em todos os bancos. As novas tecnologias e a busca por maiores lucros estão entre as principais causas do desemprego e da desassistência à população”, declarou o presidente da Federação dos Bancários de Santa Catarina, Armando Machado Filho.

Problemas relatados em todo o Brasil

Ainda que a justificativa do Itaú tenha sido baseada na redução do número de usuários nos bancos, parcela da população nacional não concorda com a postura. Isso porque o acesso limitado à internet em áreas rurais dificulta o uso contínuo de serviços digitais. Por outro lado, a alfabetização digital não é evidenciada em todas as idades, o que coloca os bancos físicos como a única solução para a compreensão dos problemas daqueles que pouco entendem de tecnologia. (Fonte: Correio do Estado)

Notícias FEEB PR

Debate na CCJ: maioria apoia redução da jornada para 36 horas



FOTO: Senador Rogério (terceiro da esq. para dir.) coordenou a audiência Waldemir Barreto/Agência Senado

A redução da jornada semanal para 36 horas foi defendida nesta terça-feira (2) em audiência pública sobre o tema. Para a maioria dos debatedores, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 148/2015 contribui para o equilíbrio das relações de trabalho e para a saúde e a dignidade dos trabalhadores. O debate foi realizado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) por iniciativa do senador Paulo Paim (PT-RS), autor da PEC. O texto conta com relatório favorável do senador Rogério Carvalho (PT-SE), que presidiu o debate.

A PEC 148/2015 reduz o limite semanal de 44 para 36 horas, sem alteração no teto de oito horas diárias, e prevê a implantação gradual

dessa mudança. A transição ocorreria de forma escalonada: a jornada seria limitada a 40 horas na primeira etapa, com queda de uma hora por ano até alcançar 36 horas semanais.

“Política humanitária”

Na avaliação de Paim, a redução da jornada está ligada a uma “política humanitária de humanizar o mundo do trabalho, tanto para os empregadores quanto para os trabalhadores”.

— Alguém tem dúvida que a inteligência artificial vai atropelar o mundo do trabalho? Todos estão sabendo para onde o mundo está indo, é irreversível, é como se fosse uma nova revolução industrial. O que eles querem é acabar com a CLT, é um fato real, é tirar o direito dos

trabalhadores. E aí vem a tal da pejetização. Até no supermercado já tem PJ carregando caixa — afirmou Paim.

O senador Rogério ressaltou que, a despeito das médias apontadas, determinados segmentos profissionais trabalham mais.

— Geralmente são os trabalhadores que mais disponibilizam a sua força de trabalho, os que estão submetidos a trabalhos mais pesados, mais extenuantes, que moram mais distante e dependem do transporte público. Portanto, é uma questão de humanidade, respeito à vida e à cidadania pensar na redução do trabalho para os trabalhadores brasileiros — afirmou.

39 horas

Economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Alexandre Sampaio Ferraz disse que em poucos países do mundo se trabalha tanto quanto no Brasil. O brasileiro trabalha em média 39 horas por semana, mais do que os norte-americanos, coreanos, portugueses, argentinos, espanhóis, italianos, franceses, e muito mais que os alemães, que estão entre os trabalhadores mais produtivos do mundo hoje em dia.

— Os alemães trabalham apenas 33 horas semanais. Por outro lado, temos um dos menores custos do trabalho no mundo. Ou seja, não é um problema a gente subir um pouco o custo do trabalho. E [temos] uma das legislações mais favoráveis ao empregador, quando da demissão individual ou coletiva, menos restrita para que se possa fazer essas demissões sem justa causa — afirmou Ferraz.

No Brasil, de acordo com o Dieese, 43% da mão de obra do setor privado é informal,

“completamente desamparada e sem nenhum dos direitos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ou no artigo 7º da Constituição”.

— E ainda convivemos com trabalho análogo a escravidão no campo e nas cidades. Hoje são mais de 700 empregadores na lista suja do trabalho escravo, várias construtoras, empresas do comércio e indústria, tendo sido resgatados mais de 66 mil trabalhadores desde 1995, com a criação da força-tarefa de fiscalização — afirmou Ferraz.

De acordo com dados de 2022 citados por Ferraz, foram 41 horas e 20 minutos trabalhados em média por semana, sendo que 67% dos trabalhadores formais têm jornada superior a 40 horas, limitando tempo para a vida social, família, lazer, qualificação, e aumentando riscos de acidentes de trabalho e doenças ligadas ao excesso de trabalho.

— Não é à toa que muitos hoje dizem preferir trabalhar à margem da CLT — afirmou.

Definição legal

Presidente da Associação Nacional das Magistradas e dos Magistrados do Trabalho (Anamatra), Valter Souza Pugliesi disse que há uma inegável desigualdade nos contratos de trabalho. Segundo ele, empregadores e trabalhadores não estão no mesmo pé de igualdade e não tem condições de negociar, de forma equilibrada, questões que dizem respeito ao contrato de trabalho, e a jornada de trabalho é uma delas.

— Se não houver uma definição legal de um patamar mínimo de uma jornada de trabalho, ela não será observada dentro de parâmetros razoáveis e civilizatórios. Tenta-se buscar como

argumento que a questão da jornada deveria ser tratada apenas no âmbito das negociações coletivas ou individuais. E nós sabemos pela experiência prática que esse não é o melhor caminho. Se não estabelecermos um patamar mínimo e legal, dificilmente os trabalhadores avançarão nessa perspectiva ou objetivo de redução de jornada ou definição de jornada equilibrada — afirmou Pugliesi.

Dignidade

Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC), o deputado Luiz Carlos Motta (PL-SP) disse ser favorável à redução da jornada, sem redução salarial e hora extra.

— Queremos reduzir a jornada semanal de trabalho com objetivo de preservar a dignidade humana e combater a precarização, direitos fundamentais dos trabalhadores. Essa PEC é uma resposta ao que a Constituição já consagra, a dignidade da pessoa humana e a proteção do trabalho, do descanso e da saúde. Reduzir a jornada sem cortar salários é respeitar esses princípios, equilibrando tempo, renda e qualidade de vida — defendeu.

Impactos negativos

Especialista em Políticas e Indústria da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Pablo Rolim Carneiro disse que é importante avaliar os impactos econômicos da redução. Ele manifestou a preocupação da CNI com a proposta e disse que a redução da jornada por lei deve ter mais efeitos negativos que benefícios.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Anibal Bispo

— A Constituição estabelece os limites de 8 horas diárias e 44 horas semanais para o trabalho e permite a compensação ou redução da jornada por acordo ou convenção coletiva. Esse limite já garante espaço para negociações relacionadas a ajustes sobre duração do trabalho quando conveniente às partes envolvidas. Segundo o IBGE, a média de horas efetivamente trabalhadas no Brasil gira em torno de 39 horas semanais, o que já é inferior ao limite estabelecido na Constituição de 44 horas — afirmou.

Qualidade de vida

Presidente da Central Única dos Trabalhadores no Distrito Federal (CUT/DF), Rodrigo Rodrigues disse que a questão da redução da jornada tem que ser discutida levando em conta as melhorias na qualidade de vida dos trabalhadores. E ainda de que forma aqueles que produzem a riqueza do país estão vivendo.

Diretor do Sindicato dos Trabalhadores Frentistas de Brasília e diretor na Força Sindical (FS), Willian Ferreira da Silva defendeu a redução da jornada de trabalho.

— O ser humano não está preocupado com o ser humano. Estamos perdendo a identidade de ser humano. A gente não está preocupado com o outro. O setor produtivo somos nós. Quem produz é a mão do trabalhador. Nessa jornada exaustiva, o trabalhador não tem tempo para nada — afirmou, acrescentando que sem tempo o trabalhador não tem como se qualificar melhor.

Fonte: Agência Senado

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3224-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF